

Novo aperto fiscal e monetário

22 JUL 1991

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo tem um novo programa econômico e deve divulgá-lo, nos próximos quinze a vinte dias, tão logo termine o recesso parlamentar. A base desse programa, consolidado num conjunto de medidas, é manter a inflação sob controle nesta fase de transição, durante a qual o Executivo tentará negociar com o Congresso Nacional as medidas de caráter estrutural, principalmente voltadas para o ajuste fiscal. Há um déficit público potencial estimado para este ano em quase 2% do Produto Interno Bruto (PIB) que precisa ser equacionado, antes, portanto, da reforma tributária que o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, pretende apresentar ao Legislativo.

A equipe econômica descarta medidas do tipo congelamento de preços ou dolarização generalizada da economia, mas está costurando um "aperto fiscal e monetário" adicional. Como o espaço para cortar os gastos públicos está reduzido a quase zero, a intenção dos assessores econômicos é usar mais a política monetária nesta etapa de negociações com o Congresso, compensando a fragilidade fiscal.

A taxa de inflação, embora em patamar ainda controlável, apresenta uma

tendência firme de escalada gradual. As expectativas favoráveis que se formaram nos primeiros dias da gestão Márcilio Marques Moreira começam a se reverter pela ausência de um programa econômico definido. A missão do Fundo Monetário Internacional, em Brasília desde a última terça-feira, para montar um acordo "stand-by", também quer ver as definições oficiais para este ano e as perspectivas para 1992. Tudo isso leva à necessidade de o Ministério da Economia apresentar seu projeto. "Nas próximas semanas as coisas deverão ficar mais claras. A equipe econômica deve mostrar suas cartas", afirmou a este jornal um qualificado assessor do governo.

Juntamente com as regras de política monetária fiscal, a equipe econômica dá os últimos retoques a uma proposta de política de rendas. Tanto preços (os controlados e os oligopolizados) quanto os baixos salários deverão ser corrigidos por um mecanismo de prefixação apontado para taxas futuras e decrescentes de inflação. A secretaria nacional de Economia, Dorothea Werneck, tem manifestado a intenção de conceder

(Continua na página 3)

Novo aperto fiscal e...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)
reajustes decrescentes e por prazos mais alongados (dois a três meses). Seriam prefixações de reajustes setoriais, com índices distintos para cada segmento, para evitar um sistema de indexação geral. Para os salários mais baixos (de 3 a 10 salários mínimos), a indexação parcial também seria uma das soluções consideradas, embora na questão salarial o Ministério da Economia esteja voltado para uma negociação política no âmbito do Congresso Nacional.
O raio de ação do Ministério da Economia, no ajus-

te das contas públicas, e pequeno e isso deverá produzir um cenário apertado para os funcionários públicos, governos estaduais e credores do governo (empreiteiras e fornecedores). O funcionalismo público, com salários congelados desde fevereiro passado, receberá o reajuste de 20% (que, na realidade, representará um aumento médio de 35%, já que determinadas categorias terão aumentos maiores) e terá de aguardar a data-base de janeiro para uma nova correção salarial. Os governadores dos estados — envolvidos num débito total que atinge US\$ 57 bilhões (contabilizando a dívida mobi-

liária, débitos com a Previdência Social, Caixa Econômica Federal, entre outros) — terão que pagar um pedaço da fatura do desajuste financeiro do Estado. O complicado é fazer com que um ajuste fiscal cobrado dos estados passe no Congresso Nacional. O ministro da Economia, nos encontros com governadores, tem sublinhado que sem pagar as dívidas com os bancos oficiais por exemplo, eles (os governadores) terão inviabilizado os fluxos futuros de recursos".

O desarranjo financeiro do Estado é o cerne dos problemas do governo, cuja falta de solução inviabi-

liza a estabilidade da economia. Os economistas do governo, que antes negavam a possibilidade de se conviver com débito fiscal pela absoluta ausência de fontes de financiamento para os "buracos" produzidos pelo governo, começam, agora, a falar que déficit, necessariamente, não é um mal. O que é preciso é encontrar fontes de financiamento. O Tesouro Nacional deverá regulamentar, em breve, novo título — Notas do Tesouro Nacional (NTN) — com prazo superior a um ano e considera-se a possibilidade de ser dotado de cláusula de correção cambial.

Os assessores econômi-

cos do governo temem pela dificuldade de negociação política desse pacote de medidas junto ao Congresso e consideraram que as declarações do novo chefe da divisão do Atlântico Sul do FMI, José Fajgenbaum, de que as reformas estruturais demandam reforma da Constituição, só teriam piorado a situação. "Agora o deputado Roberto Freire (PCB-PE) e o Lula (presidente do PT) vão argumentar que o ministro Márcilio foi indicado para cumprir o programa com o Fundo Monetário Internacional", reclamava, na última sexta-feira, um dos articuladores dessas medidas em final de elaboração.